



CONTRIBUTO PARA A DISCUSSÃO PÚBLICA SOBRE O PROCESSO DE CONCESSÃO DA DISTRIBUIÇÃO DE ELECTRICIDADE EM BAIXA TENSÃO

Está a decorrer o processo de concessão da distribuição de electricidade em Baixa Tensão, do qual decorre presentemente a Audição Pública sobre aspectos relevantes do mesmo (até 18 de Agosto), nomeadamente sobre a organização geográfica das concessões e sobre o conteúdo dos cadernos de encargo dos concursos de concessão.

Uma posição do PCP sobre o actual processo não pode ignorar que este faz parte de um processo mais vasto – o da liberalização do sector energético nacional – de profundas e negativas consequências para o país. O país deve, o mais depressa possível, regressar a uma única empresa pública – uma, nacional e pública – que assegure a produção, transporte, distribuição e comercialização da electricidade.

A actual liberalização: penalizou as contas públicas – chamadas a pagar as rendas que tornaram o sector mais atractivo aos capitalistas; penalizou os utentes – obrigados a pagar uma das electricidades mais caras da Europa; penalizou os trabalhadores – confrontados com a crescente exploração, com a precariedade e os baixos salários; está a colocar em risco o futuro da própria economia nacional, devido à crescente degradação e desorganização da rede de infraestruturas eléctricas, e devido aos riscos associados à propriedade destes sectores estratégicos os subordinar a interesses externos.

A liberalização serve apenas os interesses de um conjunto de capitalistas que se apropriam de sectores da economia para os explorar e garantir o seu enriquecimento. Para esses, e só para esses, a liberalização tem funcionado e continuará a funcionar.

Para o PCP, a questão estratégica que se coloca ao sector eléctrico é **a renacionalização da EDP e da REN, a reunificação** do essencial das actividades de produção, transporte, distribuição e comercialização da electricidade e **o fim do recurso à prestação de serviços para assegurar actividades essenciais ao sector** (como é o caso dos Centros de Contactos e das equipas de instalação, manutenção e reparação da rede). Só isto permitiria maior eficácia na gestão da rede, uma significativa redução de custos para o Estado e para os utentes e voltar a colocar a EDP como uma empresa promotora do trabalho com direitos.

É assim, que face ao processo em curso, contra o qual temos objecções à sua própria existência, nos temos que limitar a um conjunto de alertas e de reivindicações muito concretas, que mesmo que fossem atendidas não alterariam o sentido global negativo do processo, apenas minorariam os seus efeitos directos sobre os trabalhadores do sector.

Foi por iniciativa do PCP que o Decreto-Lei 31/2015 passou a prever explicitamente a necessidade dos Cadernos de Encargos defenderem os trabalhadores da EDP Distribuição face aos riscos criados com a concessão da distribuição em BT. Passou assim a ler-se no ponto h) «*Defesa da estabilidade do emprego, com a salvaguarda dos postos de trabalho e dos direitos dos trabalhadores afetos às concessões, nomeadamente em situações de transmissão ou cessação da concessão, bem como a exigência do cumprimento da legislação laboral, incluindo no que respeita aos vínculos efetivos e à contratação coletiva atualmente em vigor.*»

Há aqui quatro tipos de direitos dos trabalhadores que importa garantir: dos **actuais** trabalhadores afectos à EDP Distribuição; dos **futuros** trabalhadores a incorporar nesta actividade; dos **antigos** trabalhadores da EDP Distribuição; dos trabalhadores dos **prestadores de serviço** da EDP Distribuição.

Para cada um destes grupos importa ver se as garantias propostas são suficientes para defender os seus direitos, os seus postos de trabalho e a estabilidade no emprego.

O processo está já a começar com a separação de trabalhadores dentro da própria EDP, entre os que ficam afectos às redes de MT e AT (que só serão liberalizadas daqui a uns bons anos) e a rede de BT. Os critérios que estão a ser utilizados, longe de assentarem em questões operacionais, prendem-se essencialmente com o custo a suportar com os diferentes trabalhadores, e está a implicar alterações de funções operacionais de muitos trabalhadores. Os riscos para a operação deveriam ser evidentes.

Depois, se se quer promover a estabilidade no emprego, importa definir com clareza o quadro de efectivos necessários à operação de cada concessão, incluir nesses efectivos os trabalhadores hoje em falta, as necessidades

operacionais hoje erradamente externalizadas, e impor a contratação de todos esses trabalhadores, e não apenas dos actuais, com a aplicação da contratação colectiva existente na EDP.

E, para salvaguardar os futuros trabalhadores, o que importa transmitir não é apenas os direitos dos actuais trabalhadores, mas a contratação colectiva existente, que deve ser válida até ser substituída por outra livremente negociada entre as partes.

Sem este conjunto de salvaguardas, o processo de liberalização, mesmo que seja a EDP Distribuição a ganhar todos os concursos, vai continuar a agravar a exploração e a precariedade do sector para continuar a aumentar o lucro dos capitalistas.

Assim, a proposta da ERSE de cláusula para a garantia dos direitos dos trabalhadores é insuficiente: «*Os contratos de trabalho dos trabalhadores que se encontram afetos à actividade de concessão da distribuição em BT na área correspondente ao presente concurso, conforme identificado no Anexo [...], transmitem-se para o concessionário, com manutenção do respectivo quadro de direitos*».

Deveria considerar-se antes uma cláusula deste género: Garantia dos direitos dos trabalhadores e da estabilidade no emprego: **1.** Os contratos de trabalho dos trabalhadores que se encontram afetos à actividade de concessão da distribuição em BT na área correspondente ao presente concurso, conforme identificado no Anexo (...) transmitem-se para o concessionário, com manutenção do respectivo quadro de direitos **2.** O Concessionário aceita a vigência da Contratação Colectiva hoje existente na EDP Distribuição, e compromete-se com a sua aplicação até à livre negociação de nova contratação colectiva. **3.** O Anexo (...) identifica as necessidades operacionais permanentes hoje asseguradas por recurso à prestação de serviços, comprometendo-se o concessionário a assegurar a contratação desses trabalhadores como efectivos da empresa, dando prioridade àqueles que demonstrem já hoje desenvolver essa actividade nos prestadores.

Por último, importa sublinhar os riscos que este processo pode acarretar devido ao facto de a ERSE querer impor que «...os reformados e os pré-reformados, bem como os seus respectivos custos, não poderão transitar para o novo concedente.» **O que é preciso garantir é que os direitos desses antigos trabalhadores são plenamente garantidos, o que hoje não está claro que aconteça.**

Breves sobre o nosso sector...

«INEVITÁVEL» NOVO AUMENTO? TENHAM VERGONHA!

Andam a criar a expectativa de que um novo aumento do custo da electricidade será inevitável no final deste ano, e falam de valores de cerca de 10%. Nem importa perder tempo a desmascarar as «razões» dessa inevitabilidade, que um conjunto de técnicos de propaganda já estão a estudar na ERSE, na EDP e no Governo. O que importa é destacar a pouca vergonha que é preciso para continuar a massacrar os utentes e a economia com aumentos de custos quando o lucro das empresas do sector não tem

parado de aumentar. O único aumento que deveria ser inevitável seria o dos salários dos trabalhadores, mas claro, a prioridade deles é outra, é remunerar o capital!

«MEDICINA DO TRABALHO» NOS CALL CENTER

Nalguns dos prestadores de serviços que a EDP subcontrata, nomeadamente nos Centros de Contacto, o conceito de medicina no trabalho está reduzida a uma entrevista semestral com um técnico. Mais um aspecto da modernidade que nos querem vender.



Se já conheces a Festa, a única coisa que temos para dizer-te é que a Entrada Permanente para os três dias já está à venda, custa 25 Euros se comprada antecipadamente (35 Euros à porta), e podes contactar-nos para as comprar.

Se ainda não conheces a Festa, tens que conhecer. Podes contactar-nos para te enviarmos o programa, as acessibilidades, o regulamento dos acampamentos, etc.

Em celula.pcp.edp@gmail.com

Célula Sector Electricidade - Lisboa

Partido Comunista Português

